

POLÍTICAS DE LIMPEZA URBANA E A PRODUÇÃO-ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DA SALVADOR DO SÉCULO XIX A SALVADOR CONTEMPORÂNEA

Denise Maria de Jesus Santos*
Margareth Duarte Sales da Silva**

RESUMO: *A evolução e a organização do espaço da cidade estão no âmago da Geografia. É na dinâmica urbana que nos incorporamos a ela, dando sentidos de apropriação. Enfocando as relações entre a cidade, os cidadãos e a produção de lixo, destacamos as políticas de limpeza urbana promovidas em Salvador desde o século XIX até à contemporaneidade e seus rebatimentos na produção-organização desse espaço ao longo do tempo. Resgatar determinantes históricos, para analisar o contemporâneo, foi um caminho trilhado na busca de sistematizar eventos, dados e informações através de uma proposta de periodização que estabeleceu quatro períodos: das primeiras impressões às primeiras idealizações urbanas, expandindo a cidade sob o lixo, um destino para o lixo, um destino para pessoas e outros planos para o lixo de Salvador. Essa periodização revelou como o lixo vem sendo tratado de forma diferenciada e como vem interferindo nas estratégias urbanas ao longo do tempo, dado que a higiene urbana é assunto discutido em distintas ocasiões pelos agentes controladores do espaço, a partir de seus valores culturais e sociais. Expressou que, no planejamento, as políticas sobre o lixo dialogaram com uma seletividade sócio-espacial que não contemplaram os urbanos em sua totalidade, pois as intenções/atuações do poder público e de outros agentes nos diferentes planos/ações de limpeza, indicaram vínculos diretos e indiretos a processos como a comercialização do lixo-mercadoria e especulação imobiliária. Assim, o lixo, no contexto das transformações urbanas de Salvador, é tratado como negatividade ou positividade urbana na lógica dos setores que decidem sobre a cidade.*

Palavras-chave: Lixo; Espaço urbano; Políticas públicas

1. INTRODUÇÃO

A evolução e a organização do espaço da cidade estão no âmago da Geografia... — na dinâmica da cidade que nos incorporamos a ela, dando um sentido de apropriação. A cidade nos oferece oportunidades de reflexões sobre sua dinamicidade, cotidianidade através de estímulos diversos. É, portanto, sobre a cidade que este estudo versa e decorre de uma proposta lançada pela disciplina Evolução e Organização do Espaço de Salvador, do Mestrado em Geografia, em discorrer tópicos sobre esta multifacetada cidade. Enfocamos a face das relações estabelecidas entre a cidade, os cidadãos e a produção de lixo, dando destaque às políticas de limpeza urbana promovidas em Salvador desde o século XIX até à contemporaneidade, sem deslembrar de seus rebatimentos na produção e organização do espaço da cidade ao longo do tempo.

De fato, a relação homem/produção de detritos é antiga, remonta à Idade da Pedra quando, a princípio, o lixo gerado não parecia ser uma preocupação para os grupos humanos diante da sua predominante condição nômade. Porém essa dimensão é gradativamente alterada de modo proporcional ao desenvolvimento e aprimoramento de técnicas que conferiu a possibilidade de se tornarem sedentários. Relatos indicam que na Roma antiga foi decretado que as atividades dos matadouros, curtumes e fábricas de vidro só poderiam funcionar em locais

* Geógrafa e Mestranda em Geografia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: denisemaria@ubbi.com.br.

** Bacharel em Administração e aluna especial do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: megdu@bol.com.br.

além do rio Tigre, ou seja, distantes do centro urbano. Na Mesopotâmia, 2.500 a.C., os povos nabateus (árabes seminômades) utilizavam a prática do aterramento do lixo como uma técnica de fertilização do solo voltado à produção de cereais. Na Idade Média, os principais centros urbanos existentes eram caracterizados pela imundície, pois o lixo era jogado e exposto nas estreitas ruas, fato que propiciou epidemias como a da peste negra. Tempos depois, na Inglaterra, no final do século XIX, foi desenvolvida a técnica da queima do lixo através da incineração em fornos crematórios, representando um considerável avanço em termos de tratamento do lixo.

Esses eventos demarcam algumas diferenças na gestão do lixo por diferentes sociedades e em tempos diversos. Suas implicações no tecido urbano das cidades são notórias diante do fato de que elas se tornaram o cenário favorito do consumo dos bens produzidos, inventados e criados pela humanidade e, via de regra, quanto mais se consome, mais lixo se gera. De que maneira, então, a cidade de Salvador lidou e lida com este tema diante de suas transformações urbanas?

Acreditando que abordar as políticas de limpeza urbana em Salvador, através de uma contextualização espaço-temporal, é um caminho possível para pensar sobre a cidade, procuramos sistematizar algumas questões associadas à produção e gestão do lixo ao longo do tempo, através de uma proposta de periodização. No entanto, este método requer a capacidade de perceber o “novo” no seio dos eventos transcorridos de modo a possibilitar uma análise dos fatos que unifiquem e dêem coerência aos períodos de tempo aqui estabelecidos. Contudo Santos (1978) argumenta que as discussões sobre a consideração do tempo na análise geográfica incluem um alerta: ao se utilizar as realidades transcorridas no passado para explicar o presente não significa que, necessariamente, se introduziu de forma coerente a idéia de tempo nos estudos sobre o espaço geográfico.

Para evitar essa armadilha teórico-metodológica, procuramos direcionar nossas reflexões ao contexto das políticas de limpeza urbana em Salvador para estabelecer uma periodização que a ela seja tributária, já que cada período delimitado se apoiou na identificação de mudanças na concepção, implementação e desenvolvimento dessas políticas ao longo dos séculos XIX, XX e início deste século em Salvador. Para isso, realizamos levantamentos de informações em documentos oficiais, em pesquisas acadêmicas, além de registros jornalísticos e outras fontes bibliográficas. Desse apanhado, carece explicitar que as reflexões aqui desempenhadas propõem oferecer uma abordagem do assunto de modo a fornecer elementos a pesquisas mais aprofundadas em andamento e outras que possam ser decorrentes delas.

2. O LIXO, O TEMPO E A CIDADE: UMA TENTATIVA DE PERIODIZAÇÃO

Neste estudo refletimos sobre políticas de limpeza urbana como uma noção perpassada pelas ações de planejamento desenvolvidas para planejar e gerenciar o lixo produzido pela cidade, como uma necessidade socialmente posta às administrações. Consideramos como marco inicial dessas ações em Salvador o século XIX, quando o poder público passou a sistematizar e planejar efetivamente a limpeza urbana de Salvador como um serviço público.

O lixo gerado na cidade de Salvador, desde os primeiros anos de sua fundação, constituiu-se num problema de grandes repercussões no cotidiano urbano. Os intentos em regulamentar a ordem urbana da cidade colonial e escravista foram empreendidos por uma Câmara composta por grandes proprietários rurais, sobretudo Senhores de Engenho, que deu providências diversas para estabelecer os limites sociais, políticos e econômicos de uma vida urbana que se projetava. Os membros da Câmara exerceram o controle da cidade, em sua função normativa, emitindo suas decisões através de Posturas e Atas.

Já em 1630, a Câmara encontra uma “solução” para o problema da disposição do lixo na cidade, ordenando sua colocação no dique (da Rua da Vala atual Av. J.J. Seabra). Somente

quarenta anos depois nomeia dois meirinhos (antigo funcionário judicial) para a limpeza urbana diante do receio dos surtos epidêmicos. Vasconcelos (2002) rememora que, em 1694, a Câmara designou lançar o lixo ao mar e que, em 1769, o Marquês do Lavradio, então governador da Bahia, almejando dotar de modernidade a cidade, prosseguiu uma série de proibições e mandos como a de limpar as ruas diariamente pela população. Segundo Camargo (1985), no Termo de Vereação de 1780, a Câmara informava que as ruas da cidade estavam sujas, mas não havia jeito a dar para resolver aquele que ia se colocando como um magno problema.

Assim, pode-se notar que, até o final do século XVIII, apesar de um aumento progressivo das preocupações com a limpeza da cidade de modo a chamar a atenção da administração municipal da época, o lixo era um problema cada vez mais emergente, sendo a responsabilidade do seu destino repassada à população.

2.1 Primeiro período: das primeiras impressões às primeiras idealizações urbanas

Salvador é uma cidade dividida por uma topografia de escarpa que determinou sua forma de ocupação. Dentro da perspectiva de segurança, de constituir-se numa fortaleza, ocupou-se inicialmente sua cumeada a partir de uma estratégia para deter a invasão territorial. Ruas estreitas e íngremes, habitações populares edificadas precariamente num cenário insalubre se descomediam na paisagem. Várias inscrições foram realizadas por viajantes emissários da corte, missionários, militares e outros sobre suas impressões da cidade de Salvador. Complementarmente, muitos autores instigam o exercício de imaginar como era esta cidade no início do século XIX.

Em relatos sobre a Cidade Baixa, revelam-se imagens contraproducentes de insalubridade contrárias àquelas descritas sobre a Cidade Alta. Registros como o de Mattoso (1992) oferece uma edição de cotidianidade urbana: porcos, cachorros, pássaros engaiolados, negros, mercado tapetes ou chapéus, eram elementos presentes no cenário de imundícies imagináveis que atravancavam a ruidosa e fétida Cidade Baixa. Aponta Araújo (1997) que, em tempos coloniais, o quadro em toda a cidade era o mesmo: ruas estreitas, tortuosas e imundas, independente da condição de moradia, pois mesmo as áreas “nobres” da cidade, onde o saneamento e a urbanização se faziam mais presentes, as condições para a proliferação de doenças eram evidentes.

Várias são as declarações a despeito da falta de higiene da cidade de Salvador. Segundo Vasconcelos (2002) Thomas Lindley, inglês que ficou preso no forte do Barbalho, descreveu sua impressão sobre a cidade em 1802: “[...] as ruas são apertadas, estreitas, miseravelmente pavimentadas, nunca estão limpas, apresentando-se sempre repugnante imundas. Os fundos de várias delas são depósitos de lixo”. Já o viajante português Tollenare, em sua estadia em Salvador em 1817, apontou que do mar a cidade de São Salvador propicia uma visão encantadora que se desencanta quando se chega em terra, porquanto ela é muito pouco asseada; o maior prazer é deixá-la o quanto antes. Anos depois outros viajantes como o francês Ferdinand Denis e o missionário metodista Daniel Kidder também descreveram o estado de imundície das ruas de Salvador, sobretudo da Cidade Baixa ao considerá-la o lugar mais “infame” de toda a Terra. E a inglesa Maria Graham afirmou em 1821 não ter jamais visitado lugar mais emporcalhado que a Cidade Baixa de Salvador.

Diante dessas impressões, vê-se que a Cidade Baixa foi acusada de ser o antro da sujeira de Salvador pelos viajantes que tinham em sua cidade natal similar cenário. Na verdade, as classes de baixa renda que habitavam, sobretudo, a Cidade Baixa, tinham gestos seculares de lançar às ruas os detritos e águas sujas. As classes de renda mais elevada que residiam, principalmente, na Cidade Alta pareciam não ter no lixo gerado uma preocupação corrente, pois eram seus escravos que tinham que se livrar dele. O asseio da cidade era mesmo algo relativo. A



Cidade Baixa era, sem dúvida, a cidade suja e a Cidade Alta era um pouco menos suja que ela. Mas a primeira era uma cidade muito mais intensa do que esta última. O que percebemos com isso é que, em ambas as porções da cidade, a sujeira era um magno problema com expressivas reflexões na organização do espaço de Salvador, porém esses inconvenientes eram por vezes minimizados diante do olhar de sua outra face topofílica.

O panorama da cidade de Salvador do século XIX é uma herança de tempos e conjunturas precedentes. Apesar de crescer, em termos populacionais, a cidade demonstrava estar despreparada para tratar o lixo gerado por seus cidadãos. Como lembra Vilhena (1969, p. 154) “se arruína a saúde do povo da Bahia pelo ar corrupto que se respira, evaporado das muitas imundícies que por dentro da cidade se lançam”. A Câmara Municipal, em 1803, tenta disciplinar a população e ensiná-la a não repetir os gestos seculares de falta de higiene.

Em 1825, proíbe os despejos das casas durante o dia e seu lançamento ao mar. Cinco anos depois documenta que seriam designados lugares para depositar o lixo e entulho das casas. Em 1844, encontramos uma contradição: foi ordenado pela Câmara que o lixo fosse lançado ao mar depois das oito horas da noite sob pena em fiança ou prisão, algo que fora condenado dezenove anos atrás. Essas ocorrências demonstram certa ausência de coerência administrativa quanto ao destino do lixo produzido pela cidade. Primeiro proíbe que se lance no mar o lixo, depois o designa como local de despejo. Com isso, se pode entender como o lixo se tornava cada vez mais um problema de difícil solução numa cidade que crescia demograficamente.

Crescia também o incômodo do lixo para os cidadãos que, nesta época, eram aqueles que pertenciam às classes mais abastadas e à classe média. Estas classes tinham direitos, porém os escravos e os povos considerados “inferiores” não os possuíam somente tinham deveres. Aos moradores da Cidade Alta determinou, através de regulamentos, que fossem recolhidos seus dejetos, punindo-se os infratores com altas multas e ameaça de prisão. Na Cidade Baixa, em 1856, as pessoas tinham a obrigação de limpar as valetas escavadas para escoar as águas das chuvas que eram utilizadas para apagar as águas sujas e detritos. Tentavam-se, assim, paliativos para um problema que exigia medidas cada vez mais ostensivas.

O aumento das doenças patogênicas como a epidemia de cólera-morbo ocorrida, entre 1855 e 1857, fruto das condições de insalubridade e sujeira da cidade, e as idéias do higienista francês Pasteur, que enxergou o lixo com questão de saúde pública, demandaram outras preocupações ao se associar à condição de pobreza o estado de sujeira da cidade.

Marcam a segunda metade do século XIX as políticas de higienização para a cidade de Salvador indicadas por higienistas. O poder público passa a implementar muitas dessas políticas não sem associar insalubridade dos cortiços, lojas e demais habitações dos pobres à incidência de doenças epidemiológicas. Esse argumento pautava-se nas explicações de médicos que entendiam que a malignidade da cidade advinha de ares pútridos (miasmas), originados nas matérias orgânicas em decomposição existentes em águas estagnadas, esgotos, no ar das habitações coletivas e na falta da circulação de ar.

Assim, os higienistas condenavam a organização das cidades européias e coloniais brasileiras com suas ruas sinuosas e estreitas apontados como motivo maior do alastramento das epidemias. A cidade era pensada metaforicamente como um organismo. Uma vez “doente” deveria recorrer-se ao princípio da sangria, praticado em pacientes acometidos por alguma enfermidade da época. Foi baseado neste pensamento que a salubridade e a higiene de Salvador, que se tornava cada vez mais adensada popularmente, foram planejados, conjugando uma estratégia de embelezamento urbano, circulação e higienização da cidade, todas elas relacionadas a fatores econômicos.

Segundo Costa (2001, p. 85), a circulação estava diretamente ligada ao escoamento da produção e ao acesso de trabalhadores às suas áreas de trabalho, enfim a pessoas, mercadorias e fluxos e a questão da estética estava associada à imagem que se pretendia formar para essas



idades: civilizada, higiênica, “moderna”. Atrativos ao capital internacional, nesse cenário “o que estava em jogo era o imaginário de cidade que se pretendia ‘vender’ [...]. A cidade passa a ser vista também como mercadoria”. Esse era o plano urbanístico de Theodoro Sampaio e as ruas da cidade deveriam ser adequadas às novas necessidades.

É nessa conjuntura que, em 1865, a responsabilidade administrativa do lixo na cidade é repassada da Câmara para o Governo Provincial, realizando-se o primeiro recrutamento do serviço de limpeza pública e firmando-se contratos privados com particulares para executar o serviço de coleta de materiais orgânicos e inorgânicos que pudessem representar perigo à saúde pública, além da varrição de ruas e arborização da cidade. Segundo Nascimento (1986), a instalação desse serviço tinha significado um avanço no conforto e no bem-estar da população, além da modernização da coleta de lixo. Porém entendemos que esses benefícios não foram estendidos a todos que viviam na cidade, pois se tratou de uma medida espacialmente delimitada às áreas onde habitavam as populações economicamente mais favorecidas, já que as condições das habitações das classes mais pobres requeriam intervenções “pedagógicas” por parte do poder público através, sobretudo, de legislações para promover mudanças nos comportamentos sociais necessários para se abraçar “o moderno”.

Entretanto, mesmo com essa alteração de gestão, os bons êxitos da política não foram logrados. Em 1870, foi apresentado um relatório pelo vice-presidente da Assembléia que apontava as causas da ineficiência do serviço de asseio da cidade: o costume arraigado da população em lançar nas ruas todas as imundícies, a má execução das recomendações das posturas municipais e as habitações sem esgoto.

A essa altura, a cidade de Salvador vivenciou seu primeiro censo, em 1872, que indicou a existência de 129.000 habitantes, mesmo com o rebatimento de cerca de 3 mil pessoas, entre 1850 e 1855, vítimas da febre amarela e cólera. A cidade também continuava a se transformar, sobretudo com a melhoria dos acessos para a implantação dos transportes públicos em 1851 e expansão dos deslocamentos populacionais, visando à modernização e ampliação urbana que se efetivaria no século seguinte. Nesse cenário é que se idealiza, em 1887, o primeiro Plano Especial para limpeza pública de Salvador onde a coleta de lixo doméstico passou a ser realizada de porta em porta em áreas ocupadas pelas classes mais altas, especialmente as áreas reconhecidas hoje como Barra e Vitória por carroceiros que a anunciavam mediante o toque de corneta inglesa.

A partir desta ação de organização do serviço de limpeza urbana, foram apresentadas pela Câmara Municipal três propostas de “solução” para o destino final do lixo da cidade em 1894, a saber: lançamento no mar, lançamento em locais distantes do centro da cidade e cremação por meio da incineração. Nesta época, a solução escolhida foi a incineração do lixo, espelhando-se em modelos adotados na Inglaterra e na Alemanha desenvolvidos graças à difusão da Revolução Industrial. De acordo com o Relatório das Gestões dos Negócios Municipais de 1895, os primeiros fornos foram instalados no final do século XIX, na área da antiga Rua da Vala e, no início do século XX, a construção de novos fornos ainda era premente. Em 1906, três novos equipamentos foram instalados no Dois de Julho, Caminho de Areia e Distrito da Vitória em consonância com o início das obras de saneamento da área central da cidade que marcaram os antecedentes das intervenções urbanas de Salvador ao estilo haussmaniano.

Esse traslado técnico fez de Salvador uma cidade “moderna” em termos de tratamento do lixo, no entanto a adoção dessa medida como única via não logrou ser a mais satisfatória e condizente com a realidade da época. Isso porque a quantidade de lixo produzido era superior à capacidade dos fornos crematórios e seus custos de manutenção eram muito onerosos. Ademais a sua operação foi questionada quando muito condenada pela população que residia no entorno desse equipamento que se sentia incomodada com a emissão de fumaça. Mesmo assim, os fornos

crematórios funcionaram por um longo tempo na cidade, sendo as cinzas do lixo cremado aproveitadas como rejeito nas pavimentações das calçadas.

Salvador a essa altura crescia demograficamente, mas as políticas de limpeza urbana pareciam ainda não dar conta da totalidade do problema do tratamento e do destino final do lixo. No entanto, nos anos precedentes, tais políticas ganharam diferentes conotações porque o lixo passou a ser considerado um elemento interferente no espaço da cidade. Assim, através da lei 1.153 de 7 de outubro de 1926, o serviço e limpeza pública de Salvador foi regulamentado, implicando algumas mudanças em termos de organização e gestão do serviço. Em 1929, o sistema de limpeza pública urbana foi incrementado com equipamentos tecnologicamente mais modernos do que as antigas carroças.

Em 1930, cria-se a Administração Geral de Limpeza Pública e Particular, cuja oficina de manutenção de equipamentos situava-se na Sete Portas, os fornos crematórios de lixo deixam de funcionar e o poder público utiliza uma estratégia de aterramento do lixo definindo valas de aterro de lixo, destacando-se, entre elas, a do Uruguai, Água de Meninos e Amaralina. É ainda nesta década que se inicia a instalação de um novo forno crematório no Retiro. Isto faz subentender a existência de certa indecisão do poder público quanto à melhor solução para o destino do lixo da cidade.

A partir de 1940, os documentos oficiais do município discorrem sobre a extinção definitiva do sistema de enterramento do lixo por meio de valas em nome da prática da cremação do lixo, passando a operar a usina crematória do Retiro, construída em 1932. Contudo o relatório apresentado, em 1944, pela Intendência discorre que naquele momento havia uma incapacidade de a usina de cremação do lixo do Retiro funcionar de modo a dar conta da quantidade de lixo coletado da cidade e por isso teve-se que utilizar o sistema de aterramento. Das onze antigas valas, restam nesta época apenas três: Amaralina, Chame-Chame e Uruguai. Na década de 1940, Salvador, contando com 290.000 habitantes, incorpora ao seu tecido urbano um aumento do número de edificações, habitações coletivas, incidindo um crescimento desordenado da cidade e o surgimento dos edifícios de apartamento. Essas mudanças repercutiram extensivamente na produção do lixo domiciliar.

Segundo Vasconcelos (2002, p. 281), em 1942, o engenheiro Américo Simas escreveu o artigo Sugestões para a organização do Plano Diretor da cidade de Salvador, no qual propõe medidas, segundo o ideário modernista da época: “lutar por uma cidade higiênica, artística e pitoresca, com ruas largas e grandes parques”. Em 1943, Mário Leal Ferreira elabora um plano urbano para Salvador – EPUCS – que mais tarde influenciou a tomada de decisões sobre a limpeza urbana.

2.2 Segundo período: expandindo a cidade de Salvador sob o lixo

A vala do Uruguai, desde o final da década de 1940, se torna a mais utilizada para o aterramento do lixo, aplicando-se precários critérios técnicos de engenharia, envolvendo o espalhamento, recobrimento com uma camada de piaçava e areia irrigada com solução de sulfato de ferro para neutralizar odores e evitar a presença de vetores transmissores de doenças, sobretudo as moscas.

No plano urbanístico de Salvador de 1943, foi previsto que esta enseada, pertencente à Marinha, deveria ser resguardada para a instalação de indústrias. Entre 1947 e 1948, a Prefeitura Municipal aforou esse terreno com vistas à expansão de loteamentos para habitação popular. Contudo foi invadido por famílias pobres oriundas das áreas rurais que, inicialmente, não se deslocaram para Alagados (pelos menos na maioria dos casos), mas ocuparam áreas como a Liberdade e Caminho de Areia. Posteriormente, essas pessoas, já radicadas na cidade, migraram

para uma parte da Península de Itapagipe, surgindo os Alagados como uma ocupação espontânea que ofereceu novas perspectivas de sobrevivência e moradia através do aterramento do lixo.

Dentro da conjuntura administrativa dos anos 50, a questão do lixo urbano muitas vezes ganhava uma dimensão meramente de ordem técnica. Há registros de sérios problemas no serviço de limpeza, tais como: carência de pessoal, animais, verbas e veículos. O cenário soteropolitano da década de 1950 já contava com uma população 420.000 habitantes, sendo que em Alagados o contingente inicial era de mil pessoas, convertendo-se, no início da década seguinte, em 8.875 habitantes, segundo dados levantados pela Prefeitura quando da realização de um cadastramento das famílias.

Em meados dos anos 60, Alagados sofreu um incremento populacional, totalizando cerca de 50.000 habitantes, representando cerca de 8% do total da população de Salvador, que já contava com 660.000 pessoas. A destinação de lixo e entulho em Alagados acarretou implicações de ordem sanitária, social e econômica. As famílias sobreviviam quase unicamente do lixo. Aproveitavam papéis, latas e garrafas, mas também restos de comida e alimentos. Muitas vezes os tratores paravam seus trabalhos de compactação e recobrimento do lixo devido ao elevado número de pessoas e animais que se postavam a esperar um caminhão coletor a lançar o lixo. Com isso, Alagados não foi senão um lixão, um vazadouro a céu aberto recebendo cerca de 450 toneladas de lixo diariamente.

A distribuição espacial do serviço de limpeza urbana em Salvador, a partir de 1965, seguiu a lógica de crescimento urbano ocorrido nas áreas centrais. Segundo Mattedi (1979), aí reside a explicação para a concentração de serviços urbanos básicos nas áreas mais centrais da cidade e sua carência nas demais áreas de Salvador, muitas delas à espera de valorização. Heber (1991) conota que a limpeza urbana é um serviço de nítida alusão às desigualdades sociais no espaço urbano no quadro ideológico do papel político do poder local. Este processo em Salvador se expressa, segundo o autor, de maneira evidente dado que há uma correlação entre baixos níveis de qualidade do serviço e áreas de habitação popular.

Quanto ao aspecto institucional a partir de 1960, através da lei 1.912, a Diretoria de Limpeza Pública e Particular criada, em 1937, é substituída pela Divisão da Limpeza Pública de Salvador. Em 1968 cria a Secretaria de Serviços Públicos Municipais pelo decreto 3.520. Porém, em 1970, a então Divisão da Limpeza Pública de Salvador é transformada em Departamento de Limpeza Pública. Heber (1993, p. 50) critica a criação desse departamento apontando que, por não se ter uma seção de pesquisas e análises, a realização de levantamentos sobre a caracterização do lixo de Salvador não foi efetivado, implicando uma acentuada desorganização das tarefas de limpeza urbana. Novas mudanças ocorrem em 1973 por conta de um documento que sugere a modificação institucional do Departamento de Limpeza Pública numa entidade com função normativa e de vigilância.

2.3 Terceiro período: Canabrava: um destino para o lixo, um destino para pessoas?

Na década de 70, o município de Salvador experimenta um crescimento acelerado, mas, ao mesmo tempo, desordenado. Atração de novas indústrias, exploração de petróleo, instalação do Centro Industrial de Aratú, do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Centro Administrativo da Bahia, a atividade turística marcam com cores fortes o cenário metropolitano como importantes fatores de crescimento com reflexos marcantes na evolução urbana e nas características funcionais do município. A criação de regiões metropolitanas pelo Governo Federal, por meio da lei complementar nº 14 de 08/08/75, uma consequência desse cenário, também refletiu nas questões ligadas ao saneamento urbano, sobretudo quanto à coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos urbanos. Agora já não se fala de lixo, mas de um resíduo sólido que é urbano.



Alguns engenheiros sanitaristas concordam que resíduo é o lixo potencialmente utilizável, pois a conotação dada ao lixo é de algo inservível.

Na mesma instância, a população, somando 1.007.195 habitantes, cresce, exigindo cada vez mais diversificados equipamentos e serviços urbanos, incluindo, nesta gama, aqueles ligados à limpeza urbana. A decisão política de não designar Alagados como local de destino final do lixo de Salvador faz seguir um levantamento de outras áreas que pudessem absorvê-lo. Opta-se, por aquela situada à margem da estrada de Canabrava, apontando-se vantagens de ordem financeira e geográfica. O terreno, distante cerca de 13 km das áreas de coleta de lixo da cidade, era remanescente de José Nestor de Paiva Lima para a Prefeitura de Salvador e constituía-se numa enorme depressão com profundidade de cerca de 50 metros e capacidade máxima de 3 milhões de m³. Tão logo, em 1974, iniciou-se a operação daquilo que seria designado aterro controlado de Canabrava. Esta técnica consiste em dispor o lixo numa área compactando-o e recobrando-o com uma camada de terra e tem como uma das principais desvantagens não contar com um planejamento adequado da área de disposição de lixo, trazendo diversos aspectos negativos para a cidade como o badame, a presença de vetores transmissores de doenças e contaminação das águas superficiais e subterrâneas pelo chorume.

Tratava-se de uma decisão provisória para resolver o problema do destino final do lixo da cidade, estimando-se uma vida útil de no máximo nove anos. No entanto a carência de critérios de engenharia e procedimentos operacionais específicos e imprescindíveis à utilização adequada da área como aterro controlado desencadeou graves problemas de ordem sanitária, ambiental e social. De aterro controlado, Canabrava adquire um aspecto de vazadouro ou lixão, pois o lixo passou a ficar exposto a céu aberto, decompondo-se sem qualquer cuidado técnico de salubridade. Com isso a atividade do badame se estende e se intensifica ao longo dos anos.

De solução temporária, o lixão de Canabrava funcionou tempo suficiente para indicar seu caráter duradouro, embora o poder público tenha encarregado a CONDER – atual Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – e o CEPED (Companhia de Pesquisa e Desenvolvimento) da elaboração do estudo Remoção e Disposição Final dos Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de Salvador, em 1977, como forma de apresentar alternativas de destinação final do lixo urbano, o qual foi incorporado ao PDLU (Plano Diretor de Limpeza Urbana) de 1977.

A crise do sistema de limpeza, na década de 1970, foi fruto de um tangenciamento do lixo como preocupação administrativa. Varrição de ruas esporádica, coleta de lixo domiciliar irregular, mesmo com contratos privados de prestação desse serviço, carência de equipamentos, dentre outras ocorrências figuravam entre os principais problemas. A urgência em minimizar esta crise era tamanha que, em junho de 1976, medidas emergenciais foram lançadas com o objetivo de apresentar dispositivos capazes de dar conta do crescimento acelerado da cidade e, conseqüentemente, da quantidade de lixo. Para se ter uma idéia, a população de cerca de 1.300.000 habitantes produzia cerca de 700 toneladas de lixo por dia. Dentre as medidas, foi concebido um plano de zoneamento da cidade para fins de limpeza urbana, visando ordenar o território soteropolitano na base dos subdistritos. É, ainda no final desta década, que a Prefeitura Municipal de Salvador cria a LIMPURB como uma empresa pública.

Uma importante ação de planejamento urbano é efetuada em 1984: o PDLU de Salvador de 1977 é revisado, procurando-se enfatizar uma concepção metropolitana para o problema do lixo. Este estudo propôs uma gestão regionalizada para o destino final do lixo na RMS e apontou a viabilidade técnica e financeira da construção de um novo aterro de lixo denominado de metropolitano centro que seria um substituto do aterro de Canabrava.

O fim da década de 1980 ainda foi marcado pela instituição legislativa da taxa de limpeza pública, lei 4.064 de 07/12/1989, de onde se sancionou que a mesma seria calculada segundo os seguintes critérios: quantidade de lixo de cada unidade imobiliária, padrão e natureza desta e



coeficiente de unidade fiscal padrão estabelecido pela Prefeitura. Uma década depois, a Prefeitura Municipal de Salvador determina a criação de regiões administrativas – RAs para descentralizar a gestão urbana. Em 1987, a LIMPURB se adequa a esse princípio, denominando as RÃS de núcleos de limpeza urbana – NLs.

2.4 Quarto período: outros planos para o lixo de Salvador?

Ao longo do desenvolvimento das diferentes concepções para o sistema de limpeza urbana de Salvador, a década de 1990 é relevantemente expressiva em termos de concepção de planejamento. A CONDER propõe atualizar o PDLU de Salvador de 1984 e elaborar PDLU's para os municípios de sua Região Metropolitana. A pretensão dessas ações era incorporá-las aos objetivos de um planejamento mais audacioso para desenvolver um Programa Estadual de Resíduos Sólidos que possibilitasse planejar, treinar e apoiar técnico-gerencialmente os municípios baianos. Neste âmbito, tem-se uma mudança de concepção no tratar dos problemas relacionados ao lixo não apenas numa escala urbana, mas também regional e estadual.

No que tange à cidade de Salvador, este programa daria suporte ao Projeto Metropolitano que previu ações nos serviços de coleta, varrição, transporte e destino final do lixo, sendo financiado pelo Banco Mundial. A partir dessa lógica, concebeu-se um modelo de gestão do lixo com a adoção da coleta diferenciada onde cada tipo de lixo receberia um tratamento distinto, considerando-se suas especificidades e potencialidades econômicas.

Neste modelo, vê-se a adição de novos princípios e tecnologias, muitos dos quais ainda não foram aplicados em sua totalidade como, por exemplo, a unidades de compostagem do lixo de Salvador. Ademais algumas ações de um tímido planejamento para a implantação de um Projeto de coleta seletiva de lixo, Recicla Salvador, galgaram seus primeiros passos, mas sem grandes repercussões para o tecido urbano. Quanto ao destino final do lixo, em 1994, iniciaram-se as obras de instalação do Aterro Metropolitano Centro, compartilhado com os municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho. A regionalização desse equipamento foi justificada em função das perspectivas de minimização de custos de implantação e operação do aterro e de seus impactos sócio-ambientais.

Em 1994, foi proposto um plano de manutenção para os equipamentos de coleta e transporte de lixo, bem como elaborados novos roteiros de coleta domiciliar como forma de ampliar esse serviço que, em 1999, já estava terceirizado em 80%. Esse percentual foi respaldado pelo Código de Política Administrativa, sancionado pela Prefeitura neste mesmo ano que dispôs, dentre outros aspectos, que os serviços de limpeza urbana e pública seriam executados ou pela Prefeitura ou por concessões privadas, sob a alegação de a máquina municipal não dispor de recursos para investir no setor.

Essa parceria público-privado torna-se cada vez mais freqüentes no cenário metropolitano de Salvador. Em 2000, foi veiculado na imprensa baiana que o governo canadense, ao desenvolver o Programa Iniciativas para Cidades Sustentáveis, “escolheu” a cidade de Salvador para investir em projetos de desenvolvimento para a cidade, o que inclui a reciclagem do lixo, pela sua “receptividade e compromisso como o desenvolvimento sustentável e com o trabalho de cooperação intergovernamental, envolvendo a comunidade e o setor privado”. Entretanto, este programa, desde 2002, consignou a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre a PMS e o Governo do Canadá para a realização dos estudos de viabilidade econômico-financeira do projeto de instalação de uma usina termelétrica no aterro controlado de Canabrava, da ordem de R\$ 3,5 milhões. Além da transformação dos gases derivados da decomposição do lixo orgânico em energia elétrica e vapor, o projeto engloba a recuperação ambiental deste aterro e já tem sido alvo de interesse de pelo menos quatro empresas canadenses que aspiram explorar o equipamento. Porém esta parceria relaciona-se com o abatimento dos créditos de carbono

estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, no qual um país poluente “ajuda” cidades poluídas, melhorando sua qualidade de vida. Há também que se acrescentar que, em 2001, foi inaugurada a Estação de Transbordo do Lixo no Aterro de Canabrava, uma idéia concebida originalmente no Plano Administrativo dos Serviços de Limpeza Urbana de 1994 que indicou a construção desse equipamento em dois eixos regionais da cidade: estação sul (Bonocô) e estação norte (Br-324).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tentativa de tecer uma breve historiografia das políticas de limpeza urbana de Salvador é tributária de um olhar sobre a cidade, considerando sua organização espacial produzida por diferentes agentes ao longo de sua evolução urbana. Resgatar determinantes históricos para analisar o contemporâneo, foi um caminho trilhado na busca de uma sistematização de eventos, dados, informações nem sempre tão simples de ser realizada devido à carência de literatura específica sobre a história do lixo atrelada à história da cidade. Lembramos que as considerações pontuadas nesta pesquisa foram de grande contribuição para o entendimento do lixo na cidade e de sua inserção nas políticas de gestão urbana, na qual destacamos daquilo que nos foi emblemático como representatividade de convivência na cidade de Salvador.

4. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. **A Grande Salvador; posse e uso da terra**. In: _____. Salvador: Conder, 1978 (Simpósio sobre Barateamento da Construção Habitacional – Projetos Urbanísticos Integrados).

_____. Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia. GEPAB – ASSEC (Assessoria Econômica e Engenharia e Planejamento Ltda). **Alagados**. Estudos Sócio-econômicos. Salvador, jun, 1973.

_____. Conder. **Sistema de Tratamento do Lixo da Região Metropolitana de Salvador**. Estudo de Viabilidade. Abril, 1980.

CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. A Limpeza Pública em Salvador: Um velho problema. **Universitas**, Salvador, n. 3, p. 95-108, jul-set. 1985.

CONDER. CEPED. **Remoção e Disposição Final dos Resíduos Sólidos na RMS**. Etapa I. Salvador, 1977.

ESPINHEIRA, Maria de Fátima e AZEVEDO, Gardênia Oliveira de. Sistema Regional para a Disposição Final dos Resíduos Sólidos na RMS. **Análise e Dados**, Salvador, v.7, n. 1, p. 99-104, jun. 1997.

FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. **A Sociedade do Lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental**. Piracicaba:Unimep, 1995.

FRAGA FILHO. Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX**. Série Estudos Históricos. Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996.

HEBER. Florence Cavalcante. **Gestão do lixo em Salvador**. 1991. 170f. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991. Mimeo.

LIMPURB vai acabar com o aterro de Canabrava. **A Tarde**, Salvador, 15 out. 1984, Caderno 1, p. 3.

MATTEDI, Maria Raquel M. Invasões na cidade de Salvador, In: **Cadernos de CEAS**. Centro de estudos e Ação Social, 72, Salvador, 1981, 13 p.

MATTOSO. Kátia M. de Queiroz. **Bahia Século XIX**. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NASCIMENTO, Anna A. Vieira. **Dez Freguesias da Cidade do Salvador: Aspectos Sociais e Urbanos do Século XIX**. Salvador: FCEBA/EGBA, 1986.

OGATA, Maria Gravina. A Geração dos Resíduos. A Face Perversa do Consumo. **Análise e Dados**, Salvador, v.9, n. 2, p. 84-88, set. 1999.

PLANO diretor da Limpeza Pública só em oito meses. **A Tarde**, Salvador, 16 dez.. 1975. Caderno 1, p. 9.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. **Relatório da Gestão dos Negócios Municipais apresentado ao Conselho Municipal**. Salvador: Typografia Baiana de C. Melchiades, 1895 à 1943.

_____. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS. DEPARTAMENTO DE LIMPEZA DE SALVADOR. **A Limpeza Urbana em Salvador**. Situação Atual e Sugestões para uma Planificação Racional do Sistema. Salvador, 1973.

_____. Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana de Salvador). **Medidas de Emergência no Sistema de Limpeza Urbana de Salvador**. Salvador, 1976.

_____. Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana de Salvador). **Relatório Anual de Atividades**. Salvador, 1999 e 2000.

_____. Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **Sistema de Limpeza Urbana de Salvador**. Salvador, 2000.

REIS, Vanuza G. dos. **Os Resíduos sólidos Urbanos e o seu Destino Final no Município de Salvador**. 1993. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas). Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal da Bahia, 1993. Mimeo.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador**. Salvador: Editora da UFBA, 1958.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

SENA, Octávio Luiz S. de. **Problema do Lixo em Salvador:** Diagnóstico Preliminar e Diretrizes Gerais. 1973. 60f. Tese para concurso de professor titular do Departamento de hidráulica e saneamento da Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1973. Mimeo.

VASCONCELOS. Pedro. **Salvador:** Transformações e Permanências. Ilhéus: Editus, 2002.

VILHENA, Luis dos S. **A Bahia no século XVIII.** Salvador. Itapuã, 1969.